

# Hicks e a revolução invisível: notas sobre a contribuição metodológica de J. R. Hicks

Ana Maria Bianchi\*

*1. Introdução; 2. As descobertas científicas e as revoluções invisíveis; 3. Keynes, exemplo favorito de revolução científica na economia; 4. J. R. Hicks e a revolução keynesiana; 5. Uma overdose de invisibilidade?*

## 1. Introdução

O objetivo deste artigo é refletir sobre a contribuição metodológica de J. R. Hicks do ângulo do papel por ele desempenhado na chamada “revolução keynesiana”. Este tema será tratado, em primeiro lugar, à luz do conceito de revolução científica de Thomas Kuhn. Numa segunda etapa, introduzirei outras perspectivas consagradas na metodologia da ciência, tais como a concepção de programa de pesquisa sugerida por Lakatos & Musgrave (1979) e o princípio de tenacidade, de Feyerabend. Tentarei, assim, contornar algumas limitações inerentes à interpretação kuhniana da história da Economia.

Parto da hipótese, bastante difundida, de que Hicks contribuiu decisivamente para a incorporação da proposta keynesiana ao paradigma econômico, graças ao desenvolvimento do diagrama *IS-LM*. Ao tornar invisível o elemento de ruptura com a tradição subjacente à *Teoria geral*, Hicks ajudou a dobrar as resistências que poderiam obstruir seu caminho. Retirou da proposta keynesiana a aparência de um desvio de rota e tornou-a palatável à comunidade científica, dando-lhe a feição de um acréscimo a um conhecimento longamente sedimentado, consistente com a análise walrasiana de equilíbrio.

Como procurarei discutir mais à frente, o mesmo fenômeno pode ter, paradoxalmente, bloqueado a mudança gestáltica necessária à assimilação da proposta keynesiana naquilo que continha de mais revolucionário, em relação à teoria econômica convencional. Nas reformulações que contaram com a participação ativa de Hicks e Samuelson, e que desembocaram na síntese neoclássica, ingredientes cruciais da *Teoria geral* foram deixados de lado ou tiveram seu ímpeto amenizado de forma significativa. Destacam-

\*Professora livre-docente na FEA/USP e pesquisadora na Fipe.

se, entre outros: a interação entre o setor real e o setor monetário da economia, pela qual a moeda converte-se num elemento não neutro no funcionamento da economia; o papel da incerteza e das expectativas na moldagem do comportamento humano; e a proposta de um esquema sequencial, por Hicks transformado num modelo de equações simultâneas. Fundamentalmente, pode-se afirmar que Hicks atenuou a imagem de instabilidade como característica endêmica da economia e trabalhou teoricamente no sentido de minimizar o papel desempenhado pela incerteza nas decisões dos agentes econômicos.

Mais do que prestar contas da contribuição metodológica de Hicks, em sua riqueza e complexidade, dedico-me aqui a uma incursão exploratória sobre a conveniência e viabilidade de aplicar à Economia uma metodologia da ciência desenvolvida no contexto das ciências físicas. O convite para falar sobre Hicks ofereceu-me o prazer de apreciar mais de perto sua obra, que eu conhecia muito superficialmente, como a do próprio Keynes, de resto. A oportunidade me pareceu ímpar, pela relevância assumida por Hicks na história do pensamento econômico contemporâneo, no momento em que vivemos um estado de coisas definido como de ruptura do consenso keynesiano. Mas, principalmente, o convite criou o pretexto de rediscutir algumas das questões metodológicas enfrentadas pelas ciências sociais. Este segundo atrativo reside no fato de estarmos testemunhando, no contexto mais amplo da ciência em geral, um severo questionamento da tradição positivista. Torna-se, portanto, oportuno promover discussões metodológicas sempre que forem pertinentes e ajudarem, se não a encontrar respostas adequadas aos problemas pendentes, pelo menos a identificar com mais clareza tais problemas e formular perguntas mais consistentes.

## **2. As descobertas científicas e as revoluções invisíveis**

Embora a obra de Kuhn já esteja bastante difundida, vale a pena rever aqui alguns elementos de sua proposta metodológica, que confere à história, à psicologia e à sociologia do conhecimento um papel de primeira grandeza na definição dos rumos tomados pelo conhecimento científico, através da história. Como se sabe, Kuhn visualiza no desenvolvimento da ciência a existência de longos períodos de ciência normal, durante os quais os cientistas de cada especialidade aglutinam-se em torno de paradigmas amplamente acatados, norteadores de seu trabalho cotidiano como pesquisadores. Tais períodos são entremeados por crises e mudanças revolucionárias, que introduzem alterações significativas no paradigma vigente e nos problemas investigados pelos membros da comunidade científica. Há características notáveis nestes episódios, responsáveis por mudanças radicais nos problemas que cada ciência propõe como significativos, nas

perguntas que os membros de uma disciplina dispõem-se a formular e, por conseguinte, nas respostas que estão propensos a encontrar a partir de seus esquemas teóricos e conceituais.

O conceito de *descoberta científica* ganha uma dimensão importante nos processos revolucionários, digna de um breve exame. Descobrir, para Kuhn, implica capacidade de enxergar anomalias não solucionáveis dentro dos cânones do paradigma vigente; implica equacioná-las à luz de paradigmas alternativos, com pretensões a conquistar hegemonia na comunidade de especialistas. Ora, se é verdade que essa comunidade está rotineiramente empenhada na resolução de quebra-cabeças contemplados pelo paradigma em vigor e para os quais este contém respostas implícitas, o que faz com que ela se debruce para investigar uma determinada anomalia? Que mecanismos a tornam visível aos olhos dos pesquisadores e atraem sua atenção?

A advertência de Kuhn é clara: "(...) existe algo de errado na imagem da ciência que concede à descoberta um papel tão fundamental" (Kuhn, 1978, p. 80). Este "algo de errado" advém da concepção da descoberta como um ato singular, passível de ser inequivocamente atribuído a um cientista, num momento determinado do tempo. É totalmente diversa a visão kuhniana, segundo a qual a descoberta, por ser um processo, demanda tempo, não é instantânea. Mais ainda: demanda uma predisposição específica, um estado de alerta (*awareness*) por parte dos cientistas. A visão popular de Newton deitado sob a árvore e subitamente atingido pela maçã é uma ficção, se implica que foi naquele exato momento, sem qualquer consciência prévia, que o cientista conseguiu vislumbrar com clareza a lei que rege a queda dos corpos.

Assim, diz Kuhn, a novidade emerge com dificuldade na atividade científica. Ela surge no próprio contexto da ciência normal, sobre o pano de fundo das expectativas compartilhadas pelos pesquisadores e dos esquemas conceituais e teóricos em que foram treinados e a que recorrem para articular as evidências empíricas. Um tempo de exposição mais prolongado às anomalias pode criar o estado de alerta necessário a sua identificação. Mas é importante ressaltar que o processo não é individual. Não depende apenas ou primordialmente da genialidade do cientista, reflete, antes, o resultado de um processo de comunicação bem-sucedido no conjunto de especialistas que se aglutinam em torno dos problemas suscitados por aquela ciência particular.

É sintomático, a esse respeito, o fato de várias descobertas emergirem simultaneamente em diferentes partes da comunidade científica. Em primeiro lugar, deve-se ter em mente que a ciência normal e seus praticantes resistem à mudança, por motivos que Kuhn qualifica de "funcionais". Trata-se de razões de ordem psicológica e sociológica, uma vez que a percepção da maioria dos pesquisadores é tal que a ciência normal lhes parece capaz de fornecer cânones adequados para o tratamento de seu objeto

de estudo. O próprio processo de socialização e assimilação numa determinada comunidade exerce um papel determinante, nessa direção.<sup>1</sup>

Contudo, há outra dimensão importante do processo de descoberta, que de certa forma tem um efeito contrabalançador em relação ao primeiro: a atividade desenvolvida pelos cientistas no contexto da ciência normal prepara o caminho para a mudança do paradigma, ao revelar aos poucos que o problema suscitado pelo fenômeno em observação não é um novo quebra-cabeça, e sim uma anomalia. É difícil dizer *a priori* quando isso se concretizará, mas não é difícil reconhecer o fenômeno *a posteriori*, como ilustram inúmeros episódios narrados por Kuhn.

Nesse sentido, a descoberta científica pressupõe uma prévia consciência da possibilidade de se estar diante de uma anomalia, bem como o paulatino reconhecimento, por parte de um grupo de cientistas, de que os problemas enfrentados exigem a reformulação das categorias e dos procedimentos paradigmáticos. Nesse processo, a comunicação entre cientistas de várias partes do meio acadêmico assume um papel fundamental no sentido de criar um clima propício à descoberta. No século XVIII, Priestley facilitou a descoberta do oxigênio, consumada um pouco mais tarde por Lavoisier, ao qualificar o ar obtido em laboratório a partir da combustão de óxido nitroso de ar "desflogistizado"; propunha uma idéia não contemplada pelo paradigma da química flogística e, assim, apontava a presença de uma anomalia.

Esta foi a forma escolhida por Kuhn para enfrentar um problema que, na metodologia popperiana, é deixada em segundo plano. Popper tende a encarar a descoberta científica como resultado do gênio individual num momento de rara inspiração, de causas algo misteriosas e inexplicáveis em termos racionais. Kuhn ajuda a decifrar esse enigma, ao conceituar a descoberta como resultante de um processo coletivo, de maturação relativamente prolongada. Restam, contudo, pontos que carecem de um melhor esclarecimento: como explicar que a prática da ciência normal torne o cientista refratário à novidade e, simultaneamente, prepare o caminho para a descoberta? Qual o perfil sociopsicológico do grupo de cientistas a que se pode atribuir essa descoberta? Que características distinguem esse grupo de

<sup>1</sup> Feyerabend justifica essa resistência a partir do princípio de tenacidade, pelo qual os cientistas se afeiram a suas teorias mesmo diante de evidências contrárias oriundas do teste empírico. Lakatos & Musgrave (1979) incorporam esse princípio em sua metodologia, inspirada por um falsificacionismo não-ortodoxo. Nesta, a avaliação de teorias não é instantânea, mas deve ser feita ao longo de um dado período de tempo. Isso significa que não se deve abandonar uma teoria ou um programa de pesquisa diante da primeira evidência negativa oriunda do teste empírico. Em linhas gerais, Feyerabend e Lakatos tendem a concordar com a proposta kuhniana, nesse particular aspecto, ao enfatizarem a "funcionalidade" da atitude de resistência à mudança perante os contra-exemplos fornecidos pelo teste empírico.

seus colegas, além daquelas decorrentes de uma perspicácia e inteligência acima da média?

O capítulo 10 do livro de Kuhn é dedicado ao tema da invisibilidade das revoluções. O autor considera que a maior parte dos episódios desse tipo na história da ciência é recebida pela comunidade científica não como movimentos revolucionários, mas antes como adições ao conhecimento. Há certos ingredientes que tornam invisível o caráter demolidor das mudanças introduzidas em face do paradigma até então amplamente acatado.

Há boas razões para essa “cegueira” que subitamente acomete a comunidade científica. A sociologia do conhecimento fornece pistas para explicar por que a comunidade de cientistas, de forma deliberada ou não, elimina do seu campo perceptivo o elemento de ruptura inerente ao novo paradigma. A estrutura de poder prevaiente — sua “ordem de bicadas” — pode ser responsabilizada por esse “sombreamento” do episódio revolucionário, cujo efeito é contornar os desdobramentos eventualmente disfuncionais do ponto de vista do paradigma em vigor no momento e da sobrevivência da própria ciência a longo prazo: “Creio que existem excelentes razões para que as revoluções sejam quase totalmente invisíveis. Grande parte da imagem que cientistas e leigos têm da atividade criadora provém de uma fonte autoritária que disfarça sistematicamente — em parte devido a razões funcionais importantes — a existência e o significado das revoluções científicas” (Kuhn, 1978, p. 173-4).

Manuais científicos, obras de divulgação e obras filosóficas moldadas nos mesmos registram o *resultado* estável das revoluções passadas e, desta maneira, consagram as bases da tradição corrente da ciência normal. Kuhn acrescenta que essa tendência não é apanágio da comunidade científica: além dos cientistas, outros agrupamentos profissionais tendem a ver o passado de sua disciplina como um desenvolvimento linear em direção ao ponto de vista privilegiado do presente.

Assim, a propensão a enxergar o presente em linha de continuidade com o passado tem-se reproduzido sistematicamente na história da ciência. Por uma razão muito simples: a depreciação dos fatos históricos está profunda e funcionalmente enraizada na ideologia da profissão científica. Resulta daí uma tendência a fazer com que a história da ciência pareça linear e cumulativa.

Um episódio ilustrativo das revoluções pode ser apreciado na passagem da mecânica de Galileu para a mecânica newtoniana. Num determinado trecho de seus relatórios científicos, Newton afirma que Galileu descobrira que a força constante da gravidade produz um movimento proporcional ao quadrado do tempo. Ora, o teorema cinemático de Galileu toma esta forma apenas quando inserido na matriz dos conceitos dinâmicos de Newton. O próprio Galileu nunca disse algo parecido com aquilo que Newton lhe atribui. Em sua discussão a respeito da queda dos corpos, raramente se refere

à existência de forças, menos ainda menciona a existência de uma força gravitacional uniforme que pudesse ocasionar a queda dos corpos. Ao imputar a Galileu a resposta a uma questão que o paradigma vigente não permitia sequer formular, o relato de Newton produz uma pequena mas decisiva alteração na pesquisa física sobre o movimento; muda, por conseguinte, o teor das respostas que os cientistas estavam predispostos a admitir.

Kuhn prossegue reiterando que os manuais de física e os textos de divulgação científica nesta área tendem a omitir o caráter revolucionário dessas mudanças e a retratar o desenvolvimento da ciência como um processo linear. Escondem, assim, um processo que está na raiz de um dos mais significativos episódios da ciência moderna. Deliberado ou não, o “subterfúgio” de Newton ocultou o elemento de ruptura com a tradição científica contido em sua teoria, ao mesmo tempo que a tornou palatável à comunidade científica.

Como as revoluções conseguem converter os membros da profissão ao novo paradigma e a sua maneira de ver a ciência e o mundo? Kuhn assinala a necessidade de uma mudança de forma visual (*gestalt*), transição súbita, em que a importância das considerações estéticas pode ser decisiva. Uma nova olhada confere a um determinado fenômeno toda uma nova configuração. Contudo, insiste, a aceitação do novo paradigma não é tranqüila, como o fazem crer os manuais. Dizia Max Planck que ela só se concretiza com a morte de toda uma geração de especialistas e sua substituição pelas novas gerações (apud Kuhn, 1978, p. 191).

Todo o argumento conduz à conclusão de que a crise não é condição suficiente para a transição revolucionária. É preciso que exista uma base de fé no candidato específico escolhido para ocupar a posição paradigmática no novo período de ciência normal, ainda que esta fé não tenha bases inteiramente racionais ou que a adesão não seja desde o primeiro momento irrestrita. Neste ponto, Kuhn antecipa o princípio de proliferação de teorias, defendido por Feyerabend e Lakatos, aplicável sobretudo às novas teorias. Deve haver algo que leve pelo menos alguns cientistas a sentirem que a alternativa teórica proposta está no caminho certo e, portanto, é promissora, merecendo a boa vontade dos cientistas. A alegação de ter resolvido os problemas que provocam as crises poucas vezes é suficiente, ou mesmo legítima. Não raro, as primeiras versões da maioria dos paradigmas são grosseiras, o grau de formalização incipiente. Portanto, a decisão de acatar paradigmas alternativos deve basear-se mais “nas promessas futuras do que nas realizações passadas” (Kuhn, 1978, p. 198). E a revolução se consuma graças a uma progressiva transformação no padrão segundo o qual se distribuem as adesões profissionais, via de regra com o apoio dos cientistas das gerações mais jovens.

Eu poderia prosseguir alinhavando alguns dos ingredientes básicos da metodologia kuhniana que me parecem relevantes para o estudo da história

das ciências particulares, especialmente nos momentos em que sua história realiza grandes saltos ou atravessa processos revolucionários. Paro por aqui, porém, para abordar na seção seguinte algumas peças da literatura econômica em que sobressai a tentativa de analisar a história da Economia com lentes kuhnianas.

### 3. Keynes, exemplo favorito de revolução científica na economia

Antes mesmo da divulgação da obra de Kuhn nos meios acadêmicos e científicos pelo mundo afora, analistas como Klein (1950) falam ostensivamente na contribuição keynesiana como uma mudança revolucionária nos rumos da Economia. Em finais da década de 60, graças ao sucesso da divulgação de Kuhn, vários economistas dedicaram-se à reconstrução da história do pensamento econômico a partir de suas sugestões metodológicas.<sup>2</sup>

Um problema que se colocava desde o início era a possibilidade de adotar uma metodologia grandemente apoiada na história da física, da química e de outras ciências físicas, as ciências humanas ou sociais. O próprio Kuhn não é conclusivo a esse respeito e coloca em dúvida a existência de uma estrutura paradigmática nas ciências sociais.

Coats (1969) faz eco a tal preocupação e pergunta se existe realmente uma “estrutura de revoluções científicas” na Economia. Após um rápido percurso pela disciplina conclui que, inobstante o problema apontado, seria adequado utilizar uma metodologia proposta para as ciências naturais no contexto das ciências sociais. Não apenas — argumenta — porque a emulação das ciências naturais tem sido muito forte para os economistas, mas também porque o estímulo intelectual proveniente da abordagem kuhniana é importante mesmo para aqueles que se afastam da tradição positivista.

Feitas essas considerações iniciais, Coats adere à proposta de Kuhn, com a ressalva de que não se trata de uma camisa-de-força, mas apenas de uma perspectiva conveniente. Deste prisma, o autor vê na revolução keynesiana da década de 30 o exemplo mais flagrante de mudança paradigmática na Economia. Keynes, diz Coats, forneceu a seus colegas de profissão um novo “mapa” e, o que é mais importante, definiu as coordenadas básicas para a construção desse mapa. Cinco ingredientes do movimento liderado por Keynes são características de um processo revolucionário, a saber:

<sup>2</sup> É curioso observar que o próprio Hicks escreveu recentemente um artigo sobre revoluções na Economia. “Grandes revoluções são (felizmente) raras”, diz ele. “A revolução keynesiana é o exemplo óbvio de uma grande revolução” (Hicks, 1983, cap. 1).

- a) um clima de preocupação crescente com a inadequação da teoria dominante, catalisador de insatisfações difusas e portanto propício à configuração do estado de alerta necessário à revolução científica;
- b) a liderança do processo exercida por um grupo de jovens economistas, em torno da figura “Peter Pan” de Keynes;
- c) a forte resistência dos economistas mais velhos;
- d) a rapidez do processo de mudança, que determina a vitória quase completa do novo paradigma num período de tempo relativamente curto;
- e) os reflexos de todo o movimento na formação dos jovens economistas.

Em artigo publicado nos *Anais do 77º Encontro Anual da American Economic Association*, Gordon (1965) discorda deste ponto de vista, ainda que sob o visível impacto das idéias de Kuhn. De fato, diz ele, um único paradigma tem dominado a ciência econômica desde seus primórdios: o postulado do indivíduo maximizador num mercado de relativa liberdade, introduzido por Adam Smith e aplicado a uma ampla gama de questões específicas. Este postulado criou uma “tradição científica estável” e sua especificação sob condições mutáveis seria o principal quebra-cabeça dos especialistas num clima de ciência normal (Gordon, 1965, p. 123). A dificuldade de aplicar a metodologia kuhniana à história da Economia talvez decorra, admite o autor, da ambigüidade que cerca o conceito de paradigma na obra de Kuhn. De qualquer forma, as grandes reformulações operadas no contexto da Economia foram *rebeliões*, não revoluções. A comunidade profissional nunca permitiu que a dissensão fugisse a seu controle e, graças a tal atitude, suprimiu as mudanças revolucionárias.

Na década seguinte, Dillard (1978) usa com liberalidade a idéia de revolução científica na história da Economia. Sua noção de revolução científica difere da de Kuhn, a despeito de extrair sua inspiração desta. Seu referencial básico para delimitar a ocorrência de processos revolucionários na história da disciplina é a publicação dos grandes tratados, não por romperem com os paradigmas vigentes, mas por introduzirem novas idéias, mais consistentes com as mudanças ocorridas no cenário econômico. O elemento de ruptura teórica e conceitual esfumaça-se, assim, e cede lugar às inovações no conhecimento.

A rigor, Dillard reconstitui um total de cinco episódios revolucionários, cujos marcos são estabelecidos pela publicação de tratados que imprimiram novos rumos à maneira de fazer ciência econômica: em 1776, Adam Smith; em 1817, David Ricardo; em 1848, Stuart Mill; em 1890, Alfred Marshall; e, finalmente, em 1936, a *Teoria geral*, de Keynes. Os intervalos entre essas datas são de 41, 31, 42, 46 anos, respectivamente, e a média de idade dos cientistas varia entre 45 anos (Ricardo) e 53 anos (Smith).

Para este autor, o caráter sincrônico e contínuo da ocorrência de mudanças não é mera coincidência. As transformações teóricas têm uma perio-



dicidade definida: ocorrem a cada geração em resposta a problemas e temas igualmente periódicos. Tais problemas são equacionados com sucesso por indivíduos excepcionalmente perspicazes, suficientemente maduros para contar com um significativo cabedal de conhecimentos, ao mesmo tempo em que suficientemente jovens para reconhecer a necessidade de mudança. O quadro interpretativo desta forma montado ganha um novo elemento, a partir da observação de que todos os movimentos analisados surgem na teoria econômica intimamente associados a pleitos em prol de reformas sociais. O componente “utilitário” das revoluções — se assim pode ser chamada sua pretensão de agir sobre uma realidade refratária ao tratamento decorrente do paradigma em vigor — é assim ressaltado.

No caso específico da revolução keynesiana, Dillard considera seu surgimento como reação à incompetência exibida pela teoria assentada na idéia de equilíbrio para solucionar problemas relativos à manutenção do pleno emprego. O artigo termina com a proposição de que, transcorridos mais de 40 anos da publicação da *Teoria geral*, as condições estão maduras para uma nova revolução científica na Economia.

#### 4. J. R. Hicks e a revolução keynesiana

O impacto da obra de Keynes sobre a teoria econômica foi inegável, ainda que não exiba de forma inequívoca todas as características de um movimento revolucionário, tal como descrito por Kuhn. Johnson, num ensaio com tonalidades autobiográficas, relata que, quando chegou a Cambridge em 1949, dois anos após a morte de Keynes, sua sombra ainda estava viva, e dominava não apenas o *King's College*, como todo o departamento de Economia (Johnson & Johnson, 1978, p. 152). Seus colegas lhe diziam então que o grande segredo de sobrevivência na instituição era a leitura de três obras: os *Principles*, de Marshall, a *Teoria geral*, de Keynes, e a *Fábula das abelhas*, de Mandeville. Os *senior fellows* que haviam sido colegas e *junior fellows* na época de Keynes, diante de uma discussão qualquer, tinham por hábito indagar-se: “O que Maynard teria dito ou feito”?

É bem sabido que a *Teoria geral* rapidamente saltou os muros de Cambridge, contaminou toda a Europa e cruzou o oceano Atlântico em direção aos EUA, não só em termos da proposta teórica subjacente como em termos de seus desdobramentos para a gestão da política econômica. Aliás, o ambiente acadêmico era extremamente propício à proposta keynesiana, posto que a grande maioria dos economistas, em face da crise econômica, estava propensa a admitir na prática a adoção de políticas ditas “keynesianas”. Não houve de fato grandes reações da comunidade científica à adoção de medidas de estímulo à demanda efetiva. As implicações políticas das idéias de Keynes não foram contestadas senão por uma minoria

de economistas da velha geração. A grande virtude da *Teoria geral* foi proporcionar um embasamento teórico para a adoção de políticas que a grande maioria dos economistas estava disposta a acatar na prática. Substituiu assim as explicações para os persistentes contra-exemplos da teoria ortodoxa, advindos da Grande Depressão de 1929, por uma estrutura teoricamente consistente, no bojo de um processo que Blaug prefere considerar como o advento de um novo programa de pesquisas dentro da ciência econômica, com conteúdo empírico adicional.<sup>3</sup>

É importante rever brevemente o processo de descoberta e detecção de anomalias, com o intuito de descrevê-lo como detonador de um processo de mudança gestáltica, na medida em que pôde criar o estado de alerta necessário à revolução científica. Que episódios precedem a divulgação da obra de Keynes e conformam um processo homogêneo, a que se pode atribuir o rótulo de “revolução científica”?

a) Em 1926, Sraffa publica um artigo no qual contesta a teoria marshalliana da firma. Seu argumento central assenta-se na idéia de que os requisitos formais da análise estática de equilíbrio parcial não se coadunam com as condições lógicas da concorrência perfeita.

b) Em 1932, Hicks desenvolve o conceito de função de produção no seu *Theory of wages*. Este conceito é logo em seguida objeto de severas críticas de Shove.

c) No mesmo ano de 1932, duas obras vêm a público: a de J. Robinson, sobre competição imperfeita, e a de Chamberlin, sobre competição monopolística. Ambas questionam a firma marshalliana, com o argumento de que não resiste ao impacto de mudança na economia real. O ataque de Robinson à ortodoxia assume a forma de uma crítica à função de produção.

Seria possível estender esta lista de antecessores próximos de Keynes e acrescentar-lhe nomes de outros economistas que publicamente investiram contra alguns dos pilares da teoria paradigmática. Por ora, contudo, basta apontar que um ingrediente básico do conceito kuhniano de revolução científica — a saber, o caráter processual da descoberta —, esteve presente no episódio analisado. A insatisfação acumulada criou o estado de alerta necessário à percepção de anomalias, que passaram a ser vistas como problemas da ciência e não como deficiências de cientistas incapazes de equacionar seus quebra-cabeças.

Na reconstituição do pano de fundo em que se dá a eclosão de uma obra como a *Teoria geral*, é fácil perceber que a descoberta nela exposta não pode ser unicamente atribuída à genialidade de J. Maynard Keynes. Enquan-

<sup>3</sup> Blaug cita especificamente Cannon, Robbins e Hawtrey como refratários às novas idéias, ao mesmo tempo em que preserva Pigou. Em suas próprias palavras: “Se havia algum antikeynesiano em questões de política econômica eram Cannon, Robbins e possivelmente Hawtrey, mas definitivamente não Pigou, o bicho-papão da *Teoria geral*.”

to processo de detecção de anomalias, tal descoberta é resultante de um mecanismo de comunicação bem-sucedido na comunidade de especialistas aglutinados em torno daquela ciência e atentos às deficiências da teoria paradigmática.

O segundo ingrediente, mais importante no contexto deste ensaio, é a invisibilidade de toda a mudança. Coadjuvado por Samuelson, Hicks teve um papel decisivo nesse sentido. Em primeiro lugar, pelo entusiasmo com que saudou a *Teoria geral*, no ano mesmo de sua publicação. A resenha da obra lhe foi encomendada justamente por ser professor da London School e não de Cambridge, o que presumidamente lhe assegurava isenção na tarefa de avaliar seus méritos e deméritos. O entusiasmo de Hicks sedimenta-se e amplia-se em 1937, no famoso artigo *Mr. Keynes and the classics*, no qual se dispõe a solucionar aquilo que lhe parecia ser uma inconsistência lógica na “análise de processo” de Keynes. Graças ao esquema  $IS=LM$ , monta um sistema de equações simultâneas que lhe permite equacionar os níveis sistêmicos de taxas de juros e de produto.

É interessante analisar em poucas linhas o tipo de argumentação com que Hicks acolhe e ao mesmo tempo neutraliza a proposta keynesiana, numa espécie de abraço de tamanduá amigável. Recursos clássicos de retórica são utilizados com este propósito. Assim, logo de início, Hicks qualifica como “satírico” o estilo da *Teoria geral* e destaca que o “clássico” contra o qual Keynes se contrapõe é Pigou; ora, acrescenta, Pigou é autor de um livro de difícil leitura e ainda pequeno impacto sobre o “ensino corrente de economia”. Como se depreende desta observação e das que a seguem imediatamente, Hicks assimila Keynes como um novo e intricado quebra-cabeça da ciência normal, passível de solução desde que se possa contar com a habilidade de um economista experiente. O sentido de segurança advindo do apego à teoria paradigmática, amplamente acatada no seio da comunidade científica, é ressaltado em todo o texto: “Penso que estamos de acordo quanto a termos aqui uma teoria *razoavelmente consistente*, e uma teoria que é igualmente consistente com os pronunciamentos de um grupo *reconhecível* de economistas” (Hicks, 1967, p. 130, grifos nossos). Após analisar as variações na renda monetária ao longo de um ciclo de negócios, Hicks conclui que o termo “teoria geral” é inadequado à teoria keynesiana; uma teoria geral é algo apreciavelmente mais ortodoxo, arremata. Graças a sua revisão, Keynes reencontra a ortodoxia marshalliana e, como antes, a renda e os juros são determinados no intercepto das curvas  $IS$  e  $LM$ , onde as taxas de juros do investimento se igualam à taxa monetária.

Em *Value and capital*, dado a público pela primeira vez há 50 anos, Hicks abraça definitivamente (tão definitivamente quanto durou seu entusiasmo, pelo menos) as teses keynesianas. Novamente, o estilo de argumentação trai a estratégia de elogio-minimização de diferenças do artigo de 1937. Já na

terceira página, Hicks salienta a importância da *Teoria geral*, obra, diz ele, construída segundo “métodos marshallianos”, cuja influência sobre seu próprio trabalho admite de pronto. Embora Keynes tenha formulado uma teoria dinâmica antes que ele próprio (Hicks) o fizesse, isso não tira o mérito de *Value and capital*. Esta obra, embora mais pé-no-chão do que a de Keynes (e talvez por isso mesmo), tem a vantagem de ser mais sistemática. Estamos finalmente em condições, prossegue Hicks, de explicar por que Keynes encontra resultados diferentes dos de seus antecessores em questões importantes e de política social. Mais ainda, é agora possível circunscrever essas “considerações perturbadoras”, encarando-as de diferentes ângulos e montando uma opinião a respeito. A *Teoria geral*, admite, contesta a crença confortável de que o controle monetário tudo pode. Contudo, Keynes confiava mais na taxa de juros do que seus princípios fazem crer. Em nota de pé de página, Hicks atribui o desacordo entre ambos a uma possível falta de clareza de expressão de sua parte (Hicks, 1946, p. 162), assim minimizando os desacordos entre ambos.<sup>4</sup> Assim, o mesmo Hicks que em 1932 desenvolvera um instrumental analítico ligado à função de produção, desde o primeiro momento combatido pelos economistas insatisfeitos com a ortodoxia, dedica-se com afinco a inserir a proposta keynesiana num modelo walrasiano de equilíbrio. Seu esquema acarreta um retorno sutil mas decisivo à dicotomia pré-keynesiana, onde os setores real (*IS*) e monetário (*LM*) são retratados como independentes entre si. Mais ainda, concretiza a retomada de um modelo em que o papel das incertezas no tempo real é muito menos aparente. E no qual a taxa de juros, que em Keynes é determinante (e desequilibrante), torna-se determinada e portanto de equilíbrio.

Para a comunidade científica, um estratégia bastante simples suprime a contradição lógica entre o esquema walrasiano e Keynes. Como salienta Coats (1969), a incompatibilidade entre as duas perspectivas teóricas só adquire visibilidade pública a partir de meados da década de 50.

Como reação a Sraffa, Hicks utiliza o argumento deste contra suas próprias conclusões: se a competição perfeita era logicamente incompatível com o equilíbrio parcial, sua compatibilidade com a análise de equilíbrio geral era indiscutível. Na verdade, Hicks distorce o argumento de Sraffa de tal forma a voltá-lo contra o próprio autor. De uma maneira geral, pauta-se pelo princípio de tenacidade, numa clara tomada de partido pelo *status quo* científico.

É importante reiterar que durante um bom tempo esse movimento passou despercebido e, com ele, a incompatibilidade entre o constructo *IS-LM* e a perspectiva keynesiana. Tem-se aqui um exemplo concreto, no campo da Economia, da atuação deste ingrediente importante na revolução científica,

<sup>4</sup> Franco (1983) destaca o pionerismo de Hicks em relação à prática de reunir posturas conflitantes em um modelo geral.

que é sua invisibilidade. Crucial para a rapidez e a extensão do sucesso da proposta teórica keynesiana, a invisibilidade permite que o fenômeno perca sua face subversiva. Altera-se de fato a distribuição das adesões profissionais na comunidade de especialistas, no sentido descrito por Kuhn. Só que as adesões se fazem em torno de uma versão específica da teoria keynesiana, modelada pelo arcabouço ortodoxo.

A contribuição de Hicks veio somar-se a de Samuelson, autor de um dos mais divulgados livros-texto de Economia. Tal como os manuais científicos de que fala Kuhn, o de Samuelson registra o resultado estável das revoluções passadas e, desta maneira, consagra as bases da tradição corrente da ciência normal. O caráter revolucionário da teoria keynesiana é mitigado e o passado da disciplina é tratado como um desenvolvimento linear em direção ao ponto de vista privilegiado do presente. Na 7ª edição de seu livro-texto, Samuelson cria o termo “síntese neoclássica”, que vem a abandonar na edição seguinte. A partir da 10ª edição da mesma obra, introduz o conceito de estagflação, mediante o qual recoloca a ênfase nos efeitos equilibrantes das mudanças de preços relacionadas a fatores de oferta (apud Chase, 1983).

Hutchison (1977) relata que as ortodoxias pseudokeynesianas tornaram-se a sabedoria convencional das décadas de 50 e 60, só vindo a degenerar nos anos 70, com a dissolução do consenso. Neste momento, com o resultado de mudanças históricas e institucionais, associadas a uma crise interna ao próprio sistema, a doutrina degenera em dogma, a tese torna-se apologética, repetitiva e incapaz de resolver os novos problemas suscitados pela realidade empírica. O coro de anjos — acrescenta o autor — converte-se num coro de papagaios, cantando “oferta e demanda”, “pleno emprego”, “sociedade planejada”, etc.

Não interessa neste ponto, porém, focalizar a dissolução do consenso keynesiano. Retomo a análise onde eu havia abandonado, ou seja, na questão da difusão da perspectiva keynesiana (ou pseudokeynesiana) propiciada pela invisibilidade da mudança por ela acarretada.

Nesse sentido, outro elemento importante da mudança introduzida por Hicks, ao abraçar publicamente a proposta keynesiana, é lembrado por Pasinetti (1979). Graças a uma manipulação à primeira vista inofensiva, Hicks altera o encadeamento lógico dos argumentos keynesianos. Transforma relações definidas num esquema sequencial em um modelo de equações simultâneas, completamente diverso da proposta keynesiana. Com este artifício, a poupança e o investimento voltam a ser determinados pela taxa de juros, à moda tradicional. A questão da demanda efetiva e a ênfase que lhe é conferida no modelo keynesiano são eliminadas de um só golpe. Pasinetti qualifica as distorções de uma literatura autodenominada keynesiana, que priva a concepção keynesiana de um de seus pilares: sua singularidade e capacidade de adaptação a circunstâncias externas em franco processo de mudança; seu

enquadramento numa realidade económica específica, historicamente datada. Textualmente: "(...) o que Keynes diz com referência a uma sociedade industrial é reinterpretado como referindo-se a alguma outra coisa — a uma sociedade mais primitiva ou mesmo, por vezes, a uma sociedade mítica que jamais existiu — na qual não pode ter qualquer significado ou qualquer relevância. Infelizmente, as consequências são bastante sérias. Dá-se a impressão enganosa de que todos os problemas de nosso tempo desapareceriam se unicamente a 'rigidez' fosse eliminada. Como se a 'rigidez' fosse causa e não, ela própria, uma das muitas consequências inerentes da sociedade industrial em que vivemos" (Pasinetti, 1979, p. 58).

Reitero aqui a dúvida enunciada na seção 2 deste artigo: como explicar que a prática da ciência normal prepare o caminho para a detecção de anomalias e, simultaneamente, torne o cientista refratário à novidade? Até que ponto figuras como Hicks e Samuelson contribuíram para o êxito ou para o aborto da revolução keynesiana?

## 5. Uma *overdose* de invisibilidade?

A mudança anteriormente relatada, ao mesmo tempo que revela a *virtuouse* de Hicks ao tornar invisível o elemento revolucionário da proposta keynesiana, priva o paradigma criado por Keynes dos traços que o distinguem de seu virtual concorrente, qual seja, a matriz teórica ortodoxa na ciência económica da primeira metade do século XX.

Não é objetivo deste ensaio analisar o conjunto da obra de Hicks. Mais precisamente, detenho-me na primeira fase de sua assimilação da proposta keynesiana. Não pretendo focalizar o "Hicks revisitado por si mesmo", aquele seu autofabricado sobrinho John com o qual se identifica a partir de um determinado ponto de sua carreira. A trajetória intelectual do autor é sinuosa e compreende pelo menos mais dois movimentos, além de uma primeira adesão entusiástica a Keynes, a saber:

- a) desde meados da década de 60, um desencanto progressivo com a perspectiva keynesiana e a proclamação de seus limites, em *The crisis of Keynesian economics* (Hicks, 1974);
- b) no momento imediatamente seguinte, o arrependimento e a mudança de nome. J.R. bate no peito, repudia a idéia de uma função de produção agregada e da substituição neoclássica nesse conjunto e se transforma em seu próprio sobrinho John.

Não caberia aqui comparar os méritos de John com os de J. R., mas, simplesmente, entender como o alcance da revolução keynesiana pôde passar despercebido nos meios acadêmicos. Procuro desta forma contribuir para a metodologia económica, pela tentativa de enxergar de um ângulo kuhniano um fenômeno importante na história das idéias.

Vem daí a questão estratégica. Terá a revolução keynesiana abortado em virtude de uma *overdose* de invisibilidade? Gostaria de considerar brevemente, a título de conclusão, as implicações de duas respostas a esta questão, sendo uma afirmativa e outra negativa.

Na primeira hipótese (resposta afirmativa), a conclusão lógica é que não houve revolução. Portanto, o exemplo favorito dos economistas não reúne as condições necessárias para preencher os requisitos kuhnianos. À primeira vista, tal resposta encerra a possibilidade de adotar a metodologia desenvolvida por Kuhn na Economia. Na melhor das hipóteses, deverei concordar com os analistas que afirmam que um único paradigma tem dominado a ciência desde seus primórdios. A tenacidade das teorias paradigmáticas nesse domínio seria de tal ordem que impediria a concretização das mudanças “castastróficas” prenunciadas por Kuhn.

Seria então preciso discutir a pertinência de outras perspectivas metodológicas. A primeira idéia que ocorre é recorrer a Lakatos e sua metodologia de programas de pesquisa. Vistos desse ângulo, episódios como o focalizado não seriam revoluções; sinalizariam, antes, a emergência de um novo programa de pesquisa, com um núcleo rígido reformulado. É assim que Blaug, por exemplo, enxerga a teoria keynesiana. O programa de pesquisa inaugurado por Keynes teria uma heurística própria, que direcionaria o trabalho cotidiano de seus adeptos para os novos problemas considerados significativos pela ciência. Haveria não apenas novas respostas como novas perguntas, ou seja, o programa de pesquisa keynesiano reteria alguns elementos do programa de pesquisa com o qual concorre, porém abordaria a idéia de um equilíbrio estático, a noção da neutralidade da moeda e assim por diante. Os programas de pesquisas emanados da teoria ortodoxa sobreviveriam, mas com perda de conteúdo empírico. A médio prazo, alguns deles estariam sujeitos à degenerescência, em virtude de sua incapacidade de explicar e solucionar as anomalias de um mundo sujeito à instabilidade, à incerteza, a uma moeda não neutra, e assim por diante.

A meu ver, o grande mérito da metodologia na teoria de Lakatos é chamar a atenção para dois tipos de concorrência: em primeiro lugar, a concorrência que se estabelece entre teoria e evidência empírica, consagrada pelos manuais de metodologia; em segundo lugar, a concorrência entre as próprias teorias. Lakatos focaliza a construção da ciência em termos de séries teóricas, que não são facilmente quebradas por fracassos isolados no teste empírico. Isso implica um encadeamento entre os diversos programas de pesquisas, que definem sua continuidade e justificam a resistência a pressões externas desencadeadas por resultados negativos oriundos do confronto com a realidade empírica.

A metodologia de Lakatos apresenta, contudo, uma desvantagem em relação à de Kuhn, que é a perda da idéia de transformações de cunho

revolucionário na ciência. Em sua perspectiva, as dissidências seriam parte integrante do processo de fazer ciência, fariam parte do próprio contexto da ciência normal. Esvanece-se desta forma a possibilidade de transformações mais radicais, aquele processo de destruição criadora suscitado pelas crises internas e externas. Lakatos torna-se assim omisso quanto à presença de uma estrutura hierárquica em cada ciência particular ao longo de sua história, que dá sentido à idéia de correntes dominantes, teoria *mainstream*, ortodoxia e conceitos correlatos. Se é verdade que a controvérsia tem sido uma constante nas ciências sociais, onde diferentes linhas de interpretação disputam a primazia na comunidade científica, não é menos verdade que existe uma "ordem de bicadas" nesta, pela qual certas correntes tendem à hegemonia enquanto outras são relegadas a um plano secundário e marginalizadas. A hierarquia entre programas de pesquisas definida por essa ordem é um fato empírico a ser avaliado em cada situação específica. No episódio em apreço, é possível desviar um bloco teórico central erigido em torno de conceitos de equilíbrio e mercado perfeito, cuja primazia é ameaçada pela aparição da teoria keynesiana. Some-se a esta desvantagem o fato de que Lakatos não resolve um dos principais enigmas de Kuhn, quanto aos fatores que desencadeiam o aparecimento de novos programas de pesquisa concorrentes, erigidos em torno de anomalias não solucionadas por seus concorrentes.

Eu poderia, alternativamente, optar por uma versão mitigada de Kuhn, tal como apresentada por alguns de seus discípulos. É possível encarar sua proposta metodológica como complementar à de Lakatos, e não como concorrente à mesma. Bastaria lembrar que a transição revolucionária não se faz de forma instantânea na ciência. Há um intervalo de tempo durante o qual velhos e novos paradigmas disputam a posição hegemônica, e esse período pode estender-se por vários anos. Discípulos de Kuhn, como Masterman (1979), admitem inclusive a possibilidade de uma ciência normal multiparadigmática, caracterizada não por falta, mas por excesso de paradigmas. Kuhn tem-se mostrado bastante receptivo a sugestões desse tipo, mas é difícil dizer o que restaria de sua proposta original depois de todas essas concessões. De qualquer forma, é importante ressaltar que uma particular perspectiva metodológica não é uma camisa-de-força, e deve ser adotada com as adaptações necessárias a cada circunstância. Como ferramental analítico, cabe à metodologia fomentar a reflexão sistemática sobre problemas suscitados pela prática científica, e não tolher essa prática em nome de princípios rígidos.

Na hipótese de uma resposta negativa à questão anteriormente formulada (revolução não abortada), eu seria levada a concluir que a revolução keynesiana ainda não se consumou. A leitura atenta da obra original permi-



tiria a operação de limpeza necessária para decifrar seu verdadeiro significado e restaurar seu vigor revolucionário.

Contudo, com todo o mérito que atribuo à leitura dos clássicos, confesso uma certa implicância com relação à atividade exegética, do tipo vamos-ver-direitinho-o-que-ele-quis-dizer-com-isso, um debruçar eterno sobre os mesmos velhos textos, beirando a idolatria. O Keynes da síntese neoclássica talvez não tenha sido o mais autêntico, mas a história mostra que foi com essa roupagem que seu recado chegou à comunidade acadêmica, exemplo típico de personagem que se sobrepõe ao seu criador. Não acho que seja o caso de esperar por uma segunda vinda de Keynes, na expressão irônica de um crítico. Penso que entre revolver com cuidado e respeito as cinzas do passado, olhar atentamente para a história desses últimos 50 anos e manter um olho no futuro, alguma coisa nova deve surgir.

### Referências bibliográficas

Blaug, M. Kuhn *versus* Lakatos ou paradigmas *versus* programas de pesquisa na história do pensamento econômico. In: Bianchi, A. M. (org.), *Metodologia econômica: ensaios*. São Paulo, IPE, 1988.

Chase, R. The development of contemporary mainstream economics. In: Eichner, A. S., ed. *Why economics is not a science yet?* London, Macmillan, 1983.

Coats, A. W. Is there a structure of scientific revolutions in economics? *Kyklos*, 2: 289-97, 1969.

Clower, R. W. The Keynesian revolution. In: Hahn, F. & Brechling, F. H., ed. *The theory of interest rates*. London, Macmillan, 1965.

Dillard, D. Revolutions in economic theory. *Southern Economic Review*, April, 1978.

Franco, Gustavo H. B. Uma introdução ao artigo "Mr. Keynes e os clássicos: uma sugestão de interpretação", de J. R. Hicks. *Literatura Econômica*, 5(2): 125-38, 1983.

Gordon, D. The role of the history of economic thought in the understanding of modern economic theory. *American Economic Review*, 55 (2), 1965.

Hicks, J. R. *Value and capital*. 2. ed. Oxford, Clarendon Press, 1946.

\_\_\_\_\_. Mr. Keynes and the classics. *Econometrica*, 1937 (reeditado em Hicks, John. *Critical essays in monetary theory*. Oxford, Clarendon Press, 1967).

- \_\_\_\_\_. *The crisis in Keynesian economics*. Oxford, Blackwell, 1974.
- \_\_\_\_\_. *IS-LM: an explanation*. *Journal of Post Keynesian Economics*, 3 (2), 1980/1981.
- \_\_\_\_\_. *Classics and moderns*. Oxford, Basil & Blackwell, 1983.
- Hutchison, T. W. *Keynes versus the Keynesians?...* Lancing, The Institute of Economic Affairs, 1977.
- Johnson, E. S. & Johnson, H. G. *The shadow of Keynes*. Oxford, Basil Blackwell, 1978.
- Klein, L. R. *The Keynesian revolution*. New York, Macmillan, 1950.
- Lakatos, I. & Musgrave, A. (org.) *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. Trad. Octavio M. Cajado. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1979.
- Masterman, M. A natureza do paradigma. In: Lakatos, I. & Musgrave, A. (org.) *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. Trad. Octavio M. Cajado. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1979.
- Pasinetti, L. *Crescimento e distribuição de renda*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- Robinson, J. What has become of the Keynesian revolution? *Challenge*, Jan./Feb. 1974.
- Sraffa, P. The laws of return under competitive conditions. *Economic Journal*, 36, 1926.